

## INVESTIMENTO PÚBLICO, CONCENTRAÇÃO DE RENDA E O CRESCIMENTO DO PIB NO ESTADO DE ALAGOAS

Jacilene dos Santos Silva  
Mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas,

Vanessa Juliana de Mendonça Araújo  
Mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas,

Agnaldo Gomes da Silva  
Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas. Aposentado.

**RESUMO** – Este trabalho tem como objetivo mostrar a importância do investimento público para o crescimento econômico a partir da Teoria do Crescimento Econômico, na visão de John Maynard Keynes. Examinar o investimento público estadual e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no estado de Alagoas no período de 1995-2009. Comparar nos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe se o problema do crescimento está no investimento, buscando identificar se o estado de Alagoas perdeu posição por redução do investimento com relação a estes estados. Por fim, verificar a partir do Coeficiente de Gini, inter-região, o grau de concentração de renda nos estados acima mencionados utilizando o PIB dos Estados no período de 1999-2009. Tendo reunidas as informações necessárias, pretende-se analisar como o investimento público estadual vem contribuindo para o crescimento econômico.

**Palavras-Chave:** Investimento Público, Crescimento Econômico, Produto Interno Bruto.

## PUBLIC INVESTMENT, INCOME CONCENTRATION AND GDP GROWTH IN THE STATE OF ALAGOAS

**ABSTRACT** – This work aims to show the importance of public investment for economic growth from the Theory of Economic Growth in the vision of John Maynard Keynes. Examining the state public investment and growth of the Gross Domestic Product (GDP) in the state of Alagoas in the period 1995-2009. Compare the states of Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte and Sergipe if the problem is the growth in investment, seeking to identify the state of Alagoas lost position for reduction of investment with respect to these states. Finally, check from the Gini coefficient, inter-region, the degree of income concentration in the above using the GDP of the states in the period 1999-2009. Having gathered the necessary information, we intend to examine how the state public investment has contributed to economic growth.

**Key words:** Public Investment, Economic Growth, Gross Domestic Product.

## INTRODUÇÃO

O crescimento econômico é um assunto profundamente estudado desde os primórdios pelos mais diversos autores, como Keynes (1936), Solow (1956) e vem ganhado espaço cada dia mais no mundo, uma vez que junto com desenvolvimento econômico o crescimento da economia é fundamental para qualquer país, estado ou região.

O estudo aqui desenvolvido trata-se de uma investigação na área da economia aplicada. A pesquisa utilizará a Teoria Keynesiana da demanda efetiva - na qual o investimento se traduz na variável fundamental para o crescimento econômico - com relação ao investimento público em

Alagoas fazendo uma inter-relação com a economia regional. Mostrará que o investimento é uma das principais variáveis que influencia a renda e consequentemente o Produto Interno Bruto (PIB).

Nos últimos anos, a região Nordeste vem ganhado destaque em crescimento econômico superando a taxa média de crescimento do Brasil. Contudo, a região Nordeste ainda é considerada uma das regiões do país que possui alta desigualdade de renda entre os estados que a compõe. No caso específico de Alagoas, o estado apresenta a renda bastante concentrada, podendo ser identificado por meio do Índice de Gini (G), ficando evidente a alta desigualdade da renda, uma vez que a menor parte da população vive nos mais elevados padrões, enquanto a maior parte da população sobrevive de forma precária.

Esse trabalho se propõe a examinar se o nível de investimento público de Alagoas é divergente do nível de investimento dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, buscando averiguar se o estado de Alagoas vem sofrendo perda do crescimento econômico relativamente ao crescimento desses estados da região Nordeste por causa do investimento público.

As fontes básicas dos dados utilizados nesta pesquisa foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE) e o Tesouro Nacional.

Assim, este artigo será dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção abordará o crescimento econômico na visão de Keynes. Na terceira seção serão realizadas breves considerações sobre os estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte demonstrando a evolução do PIB destes estados, frisando o PIB de Alagoas. Já na quarta seção será realizada uma análise do volume de investimento público e da taxa de crescimento real anual de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte e também será averiguado por meio do Índice de Gini o grau de concentração de renda nos estados citados no período de 1999-2009. O artigo finalizará com uma conclusão, que evidenciará a contribuição do investimento público para o crescimento econômico.

## **CRESCIMENTO ECONÔMICO DO LADO DA DEMANDA**

### **INVESTIMENTO PÚBLICO E O MODELO KEYNESIANO PARA UMA ECONOMIA ABERTA**

A concentração de investimento público é um assunto de fundamental importância para o crescimento econômico de um país, estado ou região. O investimento é um dos principais componentes da demanda agregada, sendo esse uma peça fundamental para a promoção do crescimento econômico.

De acordo com a Lei 4320 de 17 de março de 1964, no artigo 12,

§ 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

O investimento público apresenta certa relação com o dinamismo da economia, isto é, à medida que a taxa de investimento é expandida há uma maior possibilidade de crescimento da economia.

No caso específico da Região Nordeste, tendo como foco principal o estado de Alagoas, segundo o IBGE, o estado é o único que, desde 1985, cresce sistematicamente abaixo da taxa de crescimento econômico do Nordeste. Alagoas que apresentava o quarto Produto Interno Bruto (PIB) da região Nordeste, hoje vem perdendo posição e se encontra com o sétimo PIB da região.

Portanto, analisar as causas fundamentais que fazem com que o empobrecimento de Alagoas aconteça é de importância relevante. Essa importância do investimento para o crescimento do Estado pode ser constatada por meio das contribuições de Keynes, através do modelo keynesiano para uma economia aberta que será demonstrado em seguida.

$$Y = C + I + G + (X - M) \quad (1)$$

onde:

Y = Renda;

C = Consumo;

I = Investimentos;

G = Gasto do Governo;

X = Exportações;

M = Importações.

Keynes, a partir desse modelo, mostra que a renda (Y) depende: do consumo (C), dos investimentos, dos gastos do Governo (G), das exportações (X) e das importações (M).

De acordo com Lopes e Vasconcellos (2009), o modelo keynesiano diz que a renda é estabelecida pela demanda agregada e o investimento é classificado em: investimento voluntário ou planejado, correspondendo às obtensões de bens de capital pelas empresas e à mudança desejada dos estoques, e investimento involuntário ou não planejado em estoques, referente ao nível de estoques resultante de falhas na estimativa do volume de produção efetuado pelas empresas.

Sendo<sup>1</sup>:

$$I = I_{\text{voluntário}} + I_{\text{involuntário}} \quad (2)$$

A demanda agregada efetiva em termos *ex post* é dada por:

$$DA_{\text{efetiva}} = C + I \quad (3)$$

Nesse sentido considerando o investimento involuntário

$$DA_{\text{efetiva}} = Y \quad (4)$$

Todavia a demanda agregada planejada corresponde em termos *ex ante* à:

<sup>1</sup> Modelo disponível em Lopes e Vasconcellos (2009, p. 145)

$$DA_{\text{planejada}} = C + I_{\text{involuntário}} \quad (5)$$

Onde:

$$I_{\text{involuntário}} = DA_{\text{efetiva}} - DA_{\text{planejada}} \quad (6)$$

Isto é:

$$I_{\text{involuntário}} = Y - (C + I_{\text{voluntário}}) \quad (7)$$

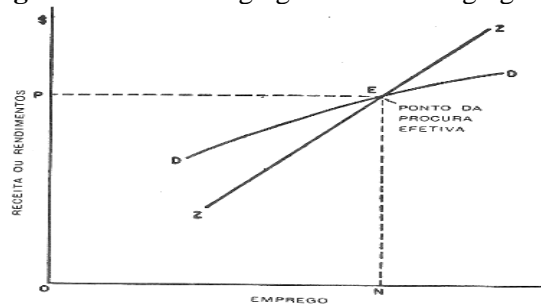
E o equilíbrio é dado quando o investimento involuntário é igual a zero.

## MODELO KEYNESIANO: O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA

O ponto de partida para o pleno emprego na teoria keynesiana é a chamada demanda efetiva ( $DA_{\text{efetiva}}$ ). O desemprego é resultado da insuficiência da demanda agregada (DA). Para Keynes é a demanda efetiva que determina o produto na economia.

Segundo Dillard (1993) o ponto em que a demanda agregada se cruza com a oferta agregada é o que Keynes denomina  $DA_{\text{efetiva}}$ , sendo esse ponto o determinante da quantidade de emprego na economia. A curva de demanda total (DD) e a curva de oferta total (ZZ), demonstrados na figura 1, interceptam no ponto E equivalente ao volume de emprego N. O ponto E corresponde a demanda efetiva.

**Figura 1 - Procura Agregada e Oferta Agregada**



Fonte: Dillard (1993, p.30)

Para Keynes, o emprego, e conseqüentemente o produto, não pode crescer sem que aconteça uma expansão do investimento na economia, uma vez que o investimento é a variável fundamental de sua teoria.

Para o mesmo autor:

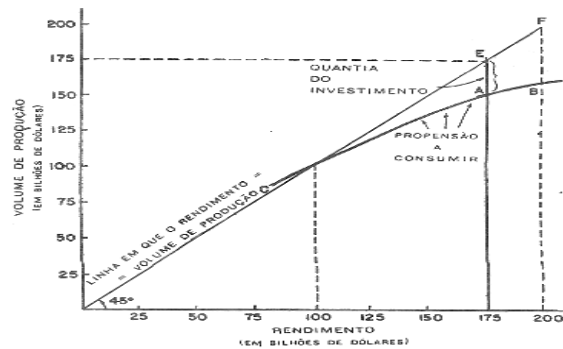
*A demanda efetiva é simplesmente a renda agregada (ou o produto) que os empresários esperam receber, incluídas as rendas que fazem passar as mãos dos outros fatores de produção, por meio do volume de emprego corrente que resolvem conceder. A função de demanda agregada relaciona várias quantidades hipotéticas de emprego com os rendimentos que se espera obter do volume de sua produção; e a procura efetiva é um ponto na função de demanda agregada que se torna realidade porque, levando em conta as condições de oferta, ela corresponde ao nível de emprego que maximiza as expectativas de lucro do empresário. (KEYNES, 1982, p.59)*

Os principais integrantes da demanda são o consumo e o investimento. De acordo com Keynes, a instabilidade da demanda é consequência das flutuações do investimento, já que o consumo é uma variável estável, e essas flutuações acabam provocando flutuações econômicas.

A demanda efetiva depende de quanto os empresários estarão dispostos a investir. Para Keynes, as pessoas não consomem toda sua renda, essas poupam parte dela. Os agentes econômicos apresentam preferência pela liquidez e através disso especulam para obterem maiores lucros. E nesse sentido o investimento terá que suprir a ausência de consumo dos agentes. O investimento mantém o pleno emprego e é fundamental para o crescimento da economia.

De acordo com Dillard (1993), a figura 2 mostra que o investimento precisa acontecer para que o volume de emprego seja sustentado. Uma vez que a posição da curva CC supõe que o consumo não cresce ao mesmo ritmo que a renda, para suprir essa ausência do consumo o investimento deve ocorrer.

**Figura 2**– Rendimento determinado pela propensão a consumir e pela quantia do investimento



**Fonte:** Dillard (1993, p.30)

Para Keynes, o investimento depende da Eficiência Marginal do Capital (EMgK) e da Taxa de Juros. A EMgK é influenciada pelas expectativas dos agentes econômicos, essa é a taxa mais alta de rendimento relacionada ao custo antevisto para produzir uma unidade a mais de um bem de capital. Todavia a taxa de juros depende de dois fatores: a preferência à liquidez e a quantidade de dinheiro. A preferência à liquidez está relacionada ao desejo dos agentes em preservar seus bens de capital em forma de dinheiro. Para Keynes, os agentes apresentavam o desejo de guardar dinheiro pelos seguintes motivos: motivo transação, motivo precaução e motivo especulação.

Nesse sentido, cabe considerarmos que a principal contribuição de John Maynard Keynes foi o princípio da demanda efetiva, mostrando que os gastos de investimentos se sobrepõem a produção.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE: ALAGOAS, SERGIPE, PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE**

### **ALAGOAS**

Alagoas abrange uma área 27.767 km<sup>2</sup>, estado localizado no Nordeste do Brasil, tendo como limites Pernambuco, Sergipe, Bahia e o Oceano Atlântico. É formado por 102 municípios, dividido graficamente em três mesorregiões e 13 microrregiões. Alagoas possui cerca de 3.300.938 de habitantes, é o décimo sétimo mais populoso do Brasil, segundo estimativa de 2013 do IBGE, sendo o penúltimo em área. Alagoas é a vigésima economia do Brasil e a sétima da Região Nordeste.

Alagoas é um dos grandes produtores de cana-de-açúcar do País sendo o maior da Região Nordeste. Tem sua economia baseada na indústria, mas tendo o turismo como uma das atividades que mais crescem no estado

### **SERGIPE**

Sergipe possui 21.910 km<sup>2</sup>, é um dos estados da Região Nordeste, tem como limites os estados da Bahia, Alagoas e o Oceano Atlântico. O estado é composto por 75 municípios e com uma população de aproximadamente 2.195.662 milhões de habitantes, estimado pelo IBGE em 2013. Sergipe é considerado o sexto estado menos populoso do Brasil e o menor estado do país. O estado de Sergipe é a vigésima primeira economia do Brasil e a oitava do Nordeste.

### **PARAÍBA**

Paraíba é um estado localizado no nordeste do Brasil, abrangendo uma área de 56.439 km<sup>2</sup> e tendo como limites os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e o Oceano Atlântico. O estado possui 223 municípios e a população do estado, conforme IBGE em 2013 corresponde aproximadamente 3.914.418 habitantes, ficando como o décimo terceiro estado mais populoso do País. O estado da Paraíba possuindo a décima nona economia mais rica do Brasil e a sexta economia da Região Nordeste.

### **RIO GRANDE DO NORTE**

Rio Grande do Norte é um dos estados situados na Região Nordeste do Brasil. O estado possui uma área total de 52.796,791 km<sup>2</sup>, composto por 167 municípios tendo por limites o estado da Paraíba, Ceará e o Oceano Atlântico. Mantendo o posto de décimo sexto estado mais populoso do Brasil Rio Grande do Norte possui uma população de 3.737.960 habitantes, segundo estimativa de 2013 do IBGE. Sendo a décima oitava economia do Brasil e a quinta da Região Nordeste

## EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS ESTADOS: ALAGOAS, SERGIPE, PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE

Formada por Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, a região Nordeste vem se expandindo economicamente superando a taxa média do Brasil nos últimos anos.

Giambiagi (2011) saliente que no período de 1999-2002 o PIB havia crescido mais do que o consumo das famílias, à medida que as exportações se expandiram e as importações se reduziram, para o ajuste do setor externo. Essa medida prevaleceu nos dois anos iniciais do primeiro Governo Lula, o consumo privado cresceu a uma média anual de 1,5% e o PIB 3,4%. A segunda metade do primeiro Governo Lula foi marcada por algumas mudanças, como a aceleração do consumo, principalmente o consumo das famílias, que se expandiu ainda mais no segundo Governo Lula.

Ao analisar o PIB dos estados, na Tabela 1, que reúne os valores correntes em milhões de reais do PIB, pode-se observar que no período de 1995-2003, entre os estados analisados, a Paraíba apresentou o maior PIB, em seguida Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

**Tabela 1**—PIB do Brasil, Região Nordeste e estados da Região Nordeste - 1995-2009

Unidades Geográficas	VALORES CORRENTES (R\$ MILHÕES)														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	705.641	843.966	939.147	979.276	1.065.000	1.179.482	1.302.135	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.345	3.032.203	3.239.404
Norte	29.793	36.328	38.710	40.955	44.418	51.706	59.074	69.310	81.200	96.012	106.442	119.993	133.578	154.703	163.208
Nordeste	84.970	106.223	116.981	121.901	132.677	146.827	163.466	191.692	217.037	247.043	280.545	311.104	347.797	397.600	437.720
Maranhão	6.390	8.482	9.249	9.381	10.308	11.909	13.420	15.449	18.483	21.605	25.335	28.620	31.606	38.486	39.855
Piauí	3.584	4.359	4.733	4.950	5.381	6.063	6.473	7.425	8.777	9.817	11.129	12.788	14.136	16.760	19.033
Ceará	13.740	17.149	18.538	19.220	20.734	22.607	24.533	28.896	32.565	36.866	40.935	46.303	50.331	60.099	65.704
Rio Grande do Norte	4.944	6.280	7.102	7.320	8.117	9.120	10.343	12.198	13.515	15.580	17.870	20.555	22.926	25.481	27.905
Paraíba	5.183	6.434	7.205	7.647	8.397	9.338	10.849	12.434	14.158	15.022	16.869	19.951	22.202	25.697	28.719
Pernambuco	16.212	19.997	21.989	23.271	24.879	26.959	30.245	35.251	39.308	44.011	49.922	55.493	62.256	70.441	78.428
Alagoas	4.657	5.369	6.215	6.676	6.936	7.769	8.488	9.812	11.210	12.891	14.139	15.748	17.793	19.477	21.236
Sergipe	3.833	4.720	5.422	5.597	5.942	6.540	8.019	9.454	10.874	12.167	13.427	15.124	16.896	19.552	19.767
Bahia	26.427	32.431	36.528	37.838	41.883	46.523	51.096	60.672	68.147	79.083	90.919	96.521	109.652	121.507	137.075
Sudeste	417.232	492.768	549.850	569.582	620.101	687.777	751.226	837.646	947.748	1.083.975	1.213.863	1.345.513	1.501.185	1.698.588	1.792.049
Sul	114.304	136.899	151.200	158.593	174.556	194.257	217.472	249.626	300.859	337.657	356.211	386.588	442.820	502.040	535.662
Centro-Oeste	59.341	72.749	82.405	88.246	93.348	98.915	110.899	129.649	153.104	176.811	190.178	206.284	235.964	279.372	310.765

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Conforme a Tabela 2, que apresenta o percentual da participação no PIB do Brasil, é possível observar que os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, ambos contribuíram, em 1995, com 0,7% no PIB do Brasil.

**Tabela 2**– Participação das regiões e estados do Nordeste no PIB do Brasil - 1995-2009

Unidades Geográficas	PARTICIPAÇÃO NO PIB DO BRASIL (%)														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Norte	4,2	4,3	4,1	4,2	4,2	4,4	4,5	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0
<b>Nordeste</b>	<b>12</b>	<b>12,5</b>	<b>12,5</b>	<b>12,4</b>	<b>12,4</b>	<b>12,6</b>	<b>13</b>	<b>12,8</b>	<b>12,7</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>	<b>13,5</b>
Maranhão	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6
Ceará	1,9	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,8</b>
<b>Paraíba</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,8</b>	<b>0,9</b>
Pernambuco	2,3	2,4	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4
<b>Alagoas</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>
<b>Sergipe</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>
Bahia	3,7	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,2
Sudeste	59,1	58,4	58,5	58,2	58,2	58,3	57,7	56,7	55,8	55,8	56,5	8,7	56,4	56	55,3
Sul	16,2	16,2	16,1	16,2	16,4	16,5	16,7	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5
Centro-Oeste	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8	8,4	8,5	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Na Tabela 3, onde se encontra o percentual da participação no PIB da Região Nordeste, verifica-se que em 1995, dos estados analisados, a Paraíba (6,1%) teve a maior contribuição no PIB da Região Nordeste, em seguida Rio Grande do Norte (5,8%) e depois Alagoas (5,5%), respectivamente. A participação de Sergipe em 1995 foi na ordem de 0,5% no PIB do Brasil e 4,5% no âmbito regional. Grosso modo, no período de 1995-2007 a participação do estado de Alagoas no PIB do Nordeste manteve-se praticamente estável, seguido de perda nos dois anos seguintes, como pode ser visto na Tabela 3. A Paraíba e o Rio Grande do Norte tiveram uma participação maior no PIB da região Nordeste do que o estado alagoano nesse mesmo período.

**Tabela 3** -Participação dos estados no PIB da Região Nordeste - 1995-2009

Unidades Geográficas	PARTICIPAÇÃO NO PIB DO NORDESTE (%)														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Nordeste	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Maranhão	7,5	8,1	7,9	7,7	7,8	8,1	8,2	8,1	8,5	8,7	9,0	9,2	9,1	9,7	9,1
Piauí	4,2	4,1	4,0	4,1	4,1	4,1	4,0	3,9	4,0	4,0	4,0	4,1	4,1	4,2	4,3
Ceará	16,2	16,3	15,8	15,8	15,6	15,4	15	15,1	15	14,9	14,6	14,9	14,5	15,1	15
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>5,8</b>	<b>6,0</b>	<b>6,1</b>	<b>6,0</b>	<b>6,1</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>6,4</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>6,4</b>	<b>6,6</b>	<b>6,6</b>	<b>6,4</b>	<b>6,4</b>
<b>Paraíba</b>	<b>6,1</b>	<b>6,1</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>6,3</b>	<b>6,4</b>	<b>6,6</b>	<b>6,5</b>	<b>6,5</b>	<b>6,1</b>	<b>6</b>	<b>6,4</b>	<b>6,4</b>	<b>6,5</b>	<b>6,6</b>
Pernambuco	19,1	19	18,8	19,1	18,8	18,4	18,5	18,4	18,1	17,8	17,8	17,8	17,9	17,7	17,9
<b>Alagoas</b>	<b>5,5</b>	<b>5,1</b>	<b>5,3</b>	<b>5,5</b>	<b>5,2</b>	<b>5,3</b>	<b>5,2</b>	<b>5,1</b>	<b>5,2</b>	<b>5,2</b>	<b>5,0</b>	<b>5,1</b>	<b>5,1</b>	<b>4,9</b>	<b>4,9</b>
<b>Sergipe</b>	<b>4,5</b>	<b>4,5</b>	<b>4,6</b>	<b>4,6</b>	<b>4,5</b>	<b>4,5</b>	<b>4,9</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>4,9</b>	<b>4,8</b>	<b>4,9</b>	<b>4,9</b>	<b>4,9</b>	<b>4,5</b>
Bahia	31,1	30,8	31,2	31	31,6	31,7	31,3	31,7	31,4	32	32,4	31	31,5	30,6	31,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Conforme a Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), entre 2000 e 2003, a média de crescimento do estado de Alagoas é característica da política de controle da inflação, aplicada pelo Governo Federal, por meio da política de juros altos e do aperto monetário e fiscal, onde essas medidas gerariam diminuição no consumo e dos recursos financeiros para investimentos pelos setores públicos e privados, causando choques negativos no funcionamento das economias de alguns municípios do estado por manifestarem sujeição direta de políticas de desenvolvimento provenientes dos Governos Federal e Estadual.



Cabe destacar que o crescimento do turismo em Alagoas, a intensa ampliação dos setores de comércio e serviço, como também a geração de novas empresas podem explicar o crescimento da economia do estado, no período referente a 2000-2007. A construção civil é outro segmento que tem atuado eficazmente na geração de emprego e vem se expandido e apresentando um desenvolvimento significativo para o estado.

Sendo considerado o segundo centro econômico de Alagoas, o município de Arapiraca, localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, representa uma parcela significativa do PIB do estado, perdendo em participação apenas para a capital, Maceió. Os setores de comércio e serviço em Alagoas têm corroborado de forma positiva nos últimos anos para o crescimento da economia alagoana, contribuindo para o aumento do PIB do estado.

Entre 2004 e 2007, o PIB da Paraíba perdeu posição para o do Rio Grande do Norte, mas é importante destacar que no período de 1996-2008 a participação no Produto Interno Bruto brasileiro (ver a Tabela 2) do estado da Paraíba se manteve na ordem de 0,8%. Apenas em 2006 e 2007, a participação do Rio Grande do Norte esteve 0,1% acima da Paraíba. No período 1996-2009, Sergipe contribuiu com 0,6% no PIB brasileiro e Alagoas com o mesmo percentual, em 1996. Porém, Alagoas obteve um acréscimo de 0,1% na participação de 1997-2007, voltando à ordem anterior de 0,6%, em 2008.

Em 2005, o PIB de Alagoas alcançou a marca de R\$ 14,135 bilhões, sendo que a capital, Maceió, foi responsável por 43,26% desse total. Nesse ano o estado de Alagoas ficou na 20ª posição no ranking nacional e na 7ª posição no ranking regional.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, a região Nordeste representou em 2009 o equivalente a 13,5% do PIB brasileiro. O PIB do estado de Alagoas alcançou a marca de 21,235 bilhões de reais, ficando à frente de Sergipe cujo PIB atingido foi de 19,767 bilhões de reais. Nesse mesmo ano, os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba tiveram uma participação maior no PIB, tanto a nível nacional quanto regional, do que o estado de Alagoas, ambos contribuíram com 0,9% no PIB do Brasil e com 6,4% e 6,6% do PIB da região Nordeste, respectivamente.

Porém, mesmo com a economia nordestina tendo se expandido economicamente nos últimos seis anos acima da taxa média do Brasil, segundo Gomes (2011), apesar do forte dinamismo econômico da região Nordeste, superando a média nacional no período, esse movimento não foi homogêneo entre todas as economias da região. A situação intra-regional apresentou diferenças substanciais.

## INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TAXA DE CRESCIMENTO REAL ANUAL DE 1995-2009

Conforme Silva, Neto e Gerardo (2013), a região Nordeste de 2000 a 2010 teve seus governos estaduais empenhados no investimento. As médias dos investimentos dos estados chegaram a um percentual acima de 2% do PIB.

Na Tabela 4 estão reunidos os níveis de investimento público estadual de 1995-2009 da região Nordeste e pode-se constatar que no período de 1995-1999 há uma grande discrepância na injeção de investimento público para o estado de Alagoas<sup>2</sup>.

Para Monteiro Neto (2007), no começo dos anos 1990 as indicações de esgotamento e dificuldade das finanças públicas já apontavam que a ação do estado não conseguiria sustentar altos investimentos governamentais em infraestrutura econômica e social, materializar gastos das empresas estatais para executar modificações fundamentais no arcabouço produtivo e na estrutura de emprego de diversas regiões do país como ocorrerá na etapa desenvolvimentista de crescimento econômico.

Ainda de acordo com o autor acima citado, no final do século XX o investimento público passou a configurar indubitavelmente um dos componentes fundamentais no estabelecimento da composição do capital na economia nacional.

Na Tabela 5 estão reunidas as médias<sup>3</sup> do PIB, do investimento público estadual e do percentual de investimento público com relação ao PIB da região Nordeste. Pode-se observar que as médias dos investimentos públicos de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, no período de 2000-2009, foram respectivamente R\$ 266.797.834,00, R\$ 267.592.847,00, R\$ 262.712.523,00 e R\$ 177.894.651,00, enquanto as médias de crescimento real do PIB para os mesmos estados respectivamente foram 2,73%, 3,81%, 3,38% e 4,06% nesse mesmo período. Sendo assim, o que se pode dizer é que ao considerar esses dados, apesar de Alagoas ter recebido um volume significativo de investimento nesse período, dentre os estados supracitados, foi o que apresentou o menor crescimento. Entretanto, é importante destacar que mesmo Sergipe tendo apresentado, em termos absolutos, uma média de investimento público estadual inferior a de Alagoas, em termos de percentual do PIB isso não aconteceu, o estado apresentou uma média de crescimento maior do que a do estado de Alagoas.

---

<sup>2</sup> Os dados na página do Tesouro Nacional são apenas divulgados. A fonte são os governos estaduais.

<sup>3</sup> A média mencionada é a média aritmética simples.

**Tabela 4**– Investimento Público Estadual da Região Nordeste e estados da Região Nordeste (1995-2009).

ANO	EM VALORES CORRENTES (R\$ 1,00)									INVESTIMENTO (NE)
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	
	INV	INV	INV	INV	INV	INV	INV	INV	INV	
1995	79.404	44.786	182.047	<b>68.948</b>	<b>74.304</b>	135.378	-	<b>61.014</b>	544.842	1.190.723
1996	129.445	52.602	118.505	<b>104.421</b>	<b>100.114</b>	225.051	<b>10.196</b>	<b>145.415</b>	590.569	1.476.319
1997	95.949	64.132	209.088	<b>196.728</b>	<b>71.600</b>	141.314	<b>15.225</b>	<b>242.480</b>	1.233.223	2.269.738
1998	212.031	106.101	526.087	<b>498.739</b>	<b>115.991</b>	1.437.559	<b>70.140</b>	<b>456.783</b>	2.801.267	6.224.697
1999	466.838	53.284	488.725	<b>195.547</b>	<b>91.262</b>	201.398	<b>63.982</b>	<b>246.040</b>	1.081.184	2.888.260
2000	256.144.952	34.059.574	489.743.673	<b>222.801.866</b>	<b>82.641.656</b>	528.906.482	<b>128.147.488</b>	<b>178.216.852</b>	810.276.051	2.730.938.594
2001	466.596.165	114.138.709	631.733.000	<b>231.078.438</b>	<b>290.328.754</b>	683.644.739	<b>201.484.550</b>	<b>145.805.095</b>	901.114.318	3.665.923.769
2002	524.465.094	92.931.897	753.823.422	<b>155.399.742</b>	<b>400.008.721</b>	900.725.022	<b>229.798.141</b>	<b>161.603.094</b>	943.405.732	4.162.160.864
2003	321.090.167	52.726.024	627.152.391	<b>92.035.300</b>	<b>123.914.610</b>	421.086.710	<b>209.858.582</b>	<b>85.214.728</b>	863.729.711	2.796.808.221
2004	108.938.512	108.796.971	663.769.806	<b>196.180.134</b>	<b>185.057.231</b>	407.647.699	<b>204.646.352</b>	<b>110.991.169</b>	861.057.129	2.847.085.004
2005	189.902.281	184.522.002	532.027.126	<b>285.217.651</b>	<b>231.955.888</b>	462.051.036	<b>384.123.548</b>	<b>189.989.715</b>	1.005.243.418	3.465.032.667
2006	569.656.793	290.205.414	1.650.389.722	<b>415.060.575</b>	<b>270.315.636</b>	636.222.477	<b>219.394.185</b>	<b>272.416.536</b>	1.037.779.283	5.361.430.619
2007	409.970.355	216.789.973	644.635.123	<b>240.300.808</b>	<b>233.711.986</b>	478.233.292	<b>162.643.805</b>	<b>135.254.923</b>	813.409.649	3.334.949.914
2008	853.663.599	432.528.585	1.078.160.837	<b>297.340.077</b>	<b>387.423.687</b>	741.901.432	<b>369.107.411</b>	<b>241.969.424</b>	1.201.702.733	5.603.797.804
2009	1.104.567.202	770.524.525	1.984.618.244	<b>491.720.638</b>	<b>470.570.305</b>	1.120.428.078	<b>558.774.278</b>	<b>257.484.970</b>	1.329.025.134	8.087.713.375

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tesouro Nacional.

**Tabela 5**– Médias do PIB, Investimento Público Estadual e do percentual de Investimento Público em relação ao PIB da Região Nordeste em valores correntes (2000-2009).

ESTADO (2000-2009)	PIB (R\$) (MÉDIA 2000- 2009) <sup>1</sup>	INVESTIMENTO (R\$) (MÉDIA 2000- 2009) <sup>2</sup>	INVESTIMENTO /PIB % (MÉDIA 2000-2009)
MARANHÃO	24.476.800.000,00	480.499.512,00	2,03
PIAUI	11.240.100.000,00	229.722.367,00	1,74
CEARÁ	40.883.900.000,00	905.605.336,00	2,20
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>17.549.300.000,00</b>	<b>262.712.523,00</b>	<b>1,55</b>
<b>PARAÍBA</b>	<b>17.523.900.000,00</b>	<b>267.592.847,00</b>	<b>1,58</b>
PERNAMBUCO	49.231.400.000,00	638.084.697,00	1,41
<b>ALAGOAS</b>	<b>13.856.200.000,00</b>	<b>266.797.834,00</b>	<b>1,94</b>
<b>SERGIPE</b>	<b>13.182.000.000,00</b>	<b>177.894.651,00</b>	<b>1,45</b>
BAHIA	86.119.500.000,00	976.674.316,00	1,23
<b>NORDESTE</b>	<b>274.063.100.000,00</b>	<b>4.205.584.083,00</b>	<b>1,59</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE e Tesouro Nacional, 2013.

1. Dados obtidos do IBGE (2010);

2. Dados obtidos do Tesouro Nacional (2010).

Na Tabela 6, está disposta a taxa de crescimento real anual PIB do Brasil, Nordeste e estados da região Nordeste, de 1996-2009. Ao analisá-la, observa-se que os anos de 1999 e 2003 não foram favoráveis para o estado de Alagoas, uma vez que o estado apresentou uma taxa de crescimento negativa.

**Tabela 6**– Taxa de crescimento real anual do PIB do Brasil, Nordeste e estados da região  
(1996-2009)

Unidades Geográficas	TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)													
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	2,2	3,4	0	0,3	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4	6,1	5,2	-0,3
Nordeste	2,1	4,3	-0,4	0,9	4,1	0,8	2,9	1,9	6,5	4,6	4,8	4,8	5,5	1
Maranhão	4,3	2,9	-4,9	2,9	4,4	1,8	2,8	4,4	9	7,3	5	9,1	4,4	-1,7
Piauí	3,4	1,2	0,2	1,6	3,2	2,1	1,7	5,4	6,3	4,5	6	2	8,8	6,2
Ceará	3,4	2,2	-7	0,7	4,5	-1,4	3,6	1,5	5,2	2,8	8	3,3	8,5	0
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>2,7</b>	<b>4,6</b>	<b>1</b>	<b>2,6</b>	<b>4,6</b>	<b>1,9</b>	<b>4,9</b>	<b>1,5</b>	<b>3,5</b>	<b>4</b>	<b>4,8</b>	<b>2,6</b>	<b>4,5</b>	<b>1,5</b>
<b>Paraíba</b>	<b>2,6</b>	<b>3,1</b>	<b>-2,3</b>	<b>2,8</b>	<b>4,4</b>	<b>0,8</b>	<b>4,8</b>	<b>5,3</b>	<b>2,8</b>	<b>4</b>	<b>6,7</b>	<b>2,2</b>	<b>5,5</b>	<b>1,6</b>
Pernambuco	0,3	3,1	-0,4	0,7	4,3	1,6	4,1	-0,6	4,1	4,2	5,1	5,4	5,3	2,8
<b>Alagoas</b>	<b>0,2</b>	<b>5,3</b>	<b>2,2</b>	<b>-1,3</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>	<b>0,2</b>	<b>-0,6</b>	<b>4,5</b>	<b>4,8</b>	<b>4,4</b>	<b>4,1</b>	<b>4,1</b>	<b>2,1</b>
<b>Sergipe</b>	<b>3,4</b>	<b>7,1</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,5</b>	<b>3,5</b>	<b>0,8</b>	<b>4</b>	<b>2,7</b>	<b>6,6</b>	<b>5,7</b>	<b>4,1</b>	<b>6,2</b>	<b>2,6</b>	<b>4,4</b>
Bahia	1,7	6,5	0,5	0,6	4,1	0,4	1,5	2,2	9,6	4,8	2,7	5,3	5,2	-0,6

**Fonte:** IBGE, Contas Regionais  
2005 – 2009.

É importante destacar que, conforme o Comunicado do IPEA nº 126 (2011), em 1999, 2003 e 2007, que são justamente os anos posteriores às eleições presidenciais e de governadores estaduais, coincidiram com contrações pesadas da taxa de investimento público.

É importante mencionar que as finanças do estado de Alagoas sofreram extensas mudanças. Em 1990, as receitas orçamentárias do estado melhoraram, porém em 1994 quando o Plano Real estava sendo estabelecido houve queda das receitas. Nesse período, as despesas cresceram causando modificações negativas. Entretanto, as finanças públicas, em 1998, se restabeleceram e nesse período o estado buscava alternativas para a estabilidade fiscal.

De acordo com o DIEESE (2012), foi a partir de 2004, com a retomada do crescimento econômico e de uma participação maior do estado na economia, que houve uma preocupação dos estados com os investimentos, sejam por meios próprios ou por meio de suas estatais.

Em 2005, no estado de Alagoas, a relação entre investimento público e o PIB foi na ordem de 2,72% (ver a Tabela 7), o maior percentual registrado para o estado de 2000-2009.

Para Silva, Neto e Gerardo (2013), no período de 2005 a 2010 a expansão do investimento nos estados configura a indicação de que o crescimento econômico do país, com altos gastos federais foi parte essencial para o aumento das receitas estaduais contraindo suas dívidas e incentivando seu investimento público. Para esses mesmos autores embora o estado de Alagoas tenha sido um dos estados que apresentaram um crescimento modesto entre 1999 e 2010, o estado pagou intertemporalmente subsídios a União no processo de refinanciamento da sua dívida.

**Tabela 7**– Relação entre investimentos públicos dos estados e PIB  
Estadual (2000-2009)

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
MA	2,15	3,48	3,39	1,74	0,5	0,75	1,99	1,3	2,22	1,92
PI	0,56	1,76	1,25	0,6	1,11	1,66	2,27	1,53	2,58	3,63
CE	2,17	2,58	2,61	1,93	1,8	1,3	3,56	1,28	1,79	2,43
<b>RN</b>	<b>2,44</b>	<b>2,23</b>	<b>1,27</b>	<b>0,68</b>	<b>1,26</b>	<b>1,6</b>	<b>2,02</b>	<b>1,05</b>	<b>1,17</b>	<b>1,63</b>
<b>PB</b>	<b>0,89</b>	<b>2,68</b>	<b>3,22</b>	<b>0,88</b>	<b>1,23</b>	<b>1,38</b>	<b>1,35</b>	<b>1,05</b>	<b>1,51</b>	<b>1,27</b>
PE	1,96	2,26	2,56	1,07	0,93	0,93	1,15	0,77	1,05	1,42
<b>AL</b>	<b>1,65</b>	<b>2,37</b>	<b>2,34</b>	<b>1,87</b>	<b>1,59</b>	<b>2,72</b>	<b>1,39</b>	<b>0,91</b>	<b>1,9</b>	<b>0,92</b>
<b>SE</b>	<b>2,73</b>	<b>1,82</b>	<b>1,71</b>	<b>0,78</b>	<b>0,91</b>	<b>1,41</b>	<b>1,8</b>	<b>0,8</b>	<b>1,24</b>	<b>1,3</b>
BA	1,74	1,76	1,55	1,27	1,09	1,11	1,08	0,74	0,99	0,94

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo IPEA, 2013.

Conforme o IPEA (2010), a taxa de crescimento anual do Brasil foi de 1,9%, entre 1995 e 2002, onde se firmou um contexto novo para atividade produtiva, que cresceu à taxa média anual de 4,6%, entre 2003 e 2008. A retomada do investimento público desde 2005 atingiu um total de R\$ 300 bilhões entre 2005 e 2009.

Ao comparar o volume de investimento público e a taxa de crescimento real anual do PIB dos estados, pode-se verificar que na maioria dos anos correspondentes ao período entre 1996-2009 o aumento do volume de investimento público nos estados coincidiu com o aumento da taxa de crescimento real anual do PIB dos mesmos.

Segundo Carvalho (2010), o estado de Alagoas não vem auferindo novos investimentos, nem dispõe de um volume de poupança considerável apto a fundamentar o crescimento de sua economia. A dificuldade financeira encarada pelo estado é atribuída à crise fiscal brasileira nos anos oitenta e à crise no setor sucroalcooleiro.

A partir da análise realizada por meio dos dados presentes nas Tabelas 4 e 6, e levando em consideração a teoria keynesiana, tudo parece indicar que o menor volume de investimentos públicos, em termos relativos, ou seja, como percentual do PIB, recebidos por Alagoas, em relação aos demais estados analisados neste trabalho e para os quais o estado de Alagoas perdeu posição, foi um dos principais fatores explicativos do baixo dinamismo do PIB do estado, o que pode justificar a perda de posição do mesmo em relação às demais economias da região, haja vista a média já apresentada acima, de 2,73% para Alagoas, bem abaixo da média para os demais.

## ÍNDICE DE GINI

O índice ou coeficiente de Gini é um parâmetro internacional usado para medir a concentração ou a desigualdade da distribuição de renda entre os países, estados ou regiões.

Hoffmann (2011) evidencia que com o coeficiente de Gini podemos mensurar o grau de desigualdade da posse de terra em uma localidade, o grau de desigualdade da distribuição da população urbana de um país pelas cidades, o grau de desigualdade de uma indústria, considerando o valor da produção ou o número de empregados de cada empresa etc.

O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda, ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda em uma determinada região. O Coeficiente de Gini é apresentado em pontos percentuais (coeficiente x 100).

Com os extratos da renda, no caso o PIB das cidades de cada estado, a partir da equação  $G = 1 - \sum(\phi_{i-1} + \phi_i)/n$  podemos calcular o índice de Gini.

Onde:

G = é o Índice de Gini;

$\sum(\phi_{i-1} + \phi_i)$  = é o somatório do valor do PIB acumulado de cada estado dividido pelo total de todos PIBs;

n = é o número dos municípios dos estados.

Na tabela 9 estão os resultados do Índice de Gini da distribuição do Produto Interno Bruto a preços correntes no período de 1999-2009. De acordo com os dados observa-se que a renda nos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe é bastante concentrada e que a discrepância da concentração da renda entre esses estados é muito pequena.

O Rio Grande do Norte é o estado que apresentou maior concentração de renda no período de 1999-2009 dentre os estados acima citados, em 2009 o Índice de Gini chegou a 0,79303, sinalizando a alta concentração de renda nesse estado.

Voltando à Tabela 9, observa-se que no estado da Paraíba a renda também aparece bastante concentrada. A desigualdade da renda do estado paraibano também chegou a superar a desigualdade do estado alagoano.

**Tabela 8**– Índice de Gini da distribuição do Produto Interno Bruto a preços correntes (Índice)

Unidade da Federação	Ano											Média de 2000/2009
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Rio Grande do Norte	0,786848	0,790633	0,790807	0,776103	0,787097	0,791641	0,794071	0,789507	0,788639	0,792676	0,79303	0,7894224
Paraíba	0,772351	0,774485	0,773998	0,778042	0,776069	0,773170	0,777652	0,775225	0,779673	0,776051	0,779191	0,7763556
Alagoas	0,738685	0,724825	0,717612	0,740136	0,749835	0,758846	0,752072	0,756921	0,765119	0,754452	0,757946	0,7477764
Sergipe	0,744116	0,750529	0,749838	0,750892	0,739118	0,740500	0,737062	0,725189	0,731324	0,722875	0,718712	0,7366039

**Fonte:** IBGE, 2010.

Ao comparar a concentração média do período de 2000/2009 (ver a Tabela 9), vê-se que os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte tiveram concentração de renda um pouco maior que o

estado de Alagoas. A média de crescimento (ver a Tabela 6) nesse mesmo período foi maior para esses estados, com uma diferença de crescimento de 1,08%, em relação à Paraíba, e de 0,65% em relação ao Rio Grande do Norte. Nesse sentido, ao observar a disparidade mínima da concentração de renda dos estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, tendo em vista a média de crescimento dos mesmos, é difícil afirmar que a diferença de concentração de renda seja um dos responsáveis pela perda de posição de Alagoas frente a esses estados na região Nordeste.

O estado de Sergipe teve sua renda mais concentrada do que Alagoas de 1999-2002 a partir do ano seguinte o estado dentre os estados acima citados foi o que apresentou menor desigualdade da renda, como pode ser visto ainda na Tabela 9. O Índice de Gini para o estado foi de 0,718712, em 2009, a média de crescimento do estado de Sergipe de 2000/2009 superou a do estado alagoano, o estado cresceu 1,33% a mais que Alagoas nesse período.

Apesar de Alagoas ter atingido uma posição favorável no cenário regional no que se refere à produção de riqueza, o mesmo não pode ser observado na distribuição de sua riqueza. A partir do Índice de Gini (voltara Tabela 9) pode-se observar que a renda em Alagoas encontra-se muito concentrada, ou seja, a desigualdade na distribuição da renda no estado ainda está longe de ser superada.

## CONCLUSÃO

O estado de Alagoas nos últimos anos vem apresentando uma taxa de crescimento real anual inferior as dos estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Sergipe. Alagoas tem perdido posição para esses estados no que se referem à participação no PIB do Brasil e no PIB da Região Nordeste.

O presente estudo teve como objetivo mostrar a relação existente entre o investimento público e crescimento econômico, por meio de uma análise comparativa dos investimentos públicos e da taxa anual de crescimento dos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, tendo como foco principal de análise o investimento público e o crescimento econômico do estado de Alagoas.

Diante dos dados dos investimentos públicos analisados para os quatro estados, tudo parece, de fato, indicar que um dos fatores responsáveis pelo baixo dinamismo tenha sido o volume de investimentos públicos realizados pelo estado de Alagoas, já que este apresentou a menor média do PIB em relação aos demais.

O investimento público é sem dúvida de suma importância para crescimento econômico dos estados, pois por meio da realização do investimento é que os mesmos poderão criar alternativas para expandir o desenvolvimento de suas economias, bem com beneficiar diversos

seguimentos, por exemplo, como a educação, saúde, transporte, infraestrutura, assistência social, entre outros. Particularmente em Alagoas há uma grande desigualdade de renda e os investimentos poderão atingir as classes menos favorecidas concedendo a essa grande parcela da população condições de estudo, proporcionar uma qualificação profissional, fato que certamente influenciará no desenvolvimento e no crescimento econômico do estado.

É importante ressaltar que a Região Nordeste continua sendo uma das regiões que detém maior concentração de renda no Brasil. Em Alagoas a concentração de renda vem desde as origens de sua formação econômica, isto é, da colonização até os dias atuais, onde uma minoria detém a maior parte da totalidade de suas riquezas, enquanto a camada mais pobre de sua população sobrevive com o mínimo que não chega a ser suficiente para manter uma vida digna.

No que diz respeito ao Índice de Gini, mesmo o estado de Alagoas apresentando uma concentração de renda menor do que a dos estados da Paraíba e a do Rio Grande do Norte, o estado perdeu posição com relação ao PIB para esses estados, mas é importante destacar que a menor concentração de renda o favoreceu no sentido de que a queda do crescimento poderia ter sido ainda maior caso contrário. Quanto a Sergipe, de 2003 a 2009 a concentração de renda foi menor comparada a Alagoas o que provavelmente justifica sua média em termos de percentual do PIB, maior do que a média do PIB do estado de Alagoas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso em: 10 out. 2013.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 4. Ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Nível de investimento público estadual: 2000 a 2011**. DIEESE, 2012.

DILLARD, Dillard, 1913- **A teoria econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária** / Dudley Dillard; tradução de Albertino Pinheiro Júnior. -- 7. ed. -- São Paulo: Pioneira, 1993.

GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a ruptura: o Governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. (Org). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 197-233.

GOMES, Fábio Guedes. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. **Revista de Economia Política do Desenvolvimento**. Alagoas: Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, v. 4, n. 10, jan./abr., p. 151-186, 2011.

HOFFMAN, Rodolfo, 1942 - **Estatística para Economistas**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Contas regionais do Brasil: 2005-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Contas nacionais, nº 35).



\_\_\_\_\_. **Contas regionais do Brasil: 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Contas nacionais, nº 38).

KEYNES, John Maynard Keynes, 1883-1946. **A teoria geral do emprego do juro e da moeda** / John Maynard Keynes; tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. São Paulo: Atlas, 1982.

LOPES, L M; VASCONCELLOS, M A S. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário** - 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Execução Orçamentária de Estados**. Secretaria do Tesouro Nacional, 2012. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/sobre>>. Acesso em 05 mai. 2013.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo**. In: Carvalho *et al* (Org). *Ensaio de Economia Regional e Urbana*. Brasília: Ipea, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO. **Produto Interno Bruto Municipal. Maceió: SEPLAN**, 2008. Disponível em: <[http://informacao.seplande.al.gov.br/sites/default/files/pib\\_mun\\_2002-2005\\_2008.pdf](http://informacao.seplande.al.gov.br/sites/default/files/pib_mun_2002-2005_2008.pdf)>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

SEPLANDE. **Contas Regionais do Estado de Alagoas – 2003-2008**, v. 10, Maceió, 2011.

\_\_\_\_\_. **Oportunidades de Investimentos**. Maceió, 2013. Disponível em:<[http://investimentos.mdic.gov.br/default/regioes/index/id\\_uf/9](http://investimentos.mdic.gov.br/default/regioes/index/id_uf/9)>. Acesso em: 20 de nov. 2013.

SILVA, A. M. A.; NETO, A. M.; GERARDO, J. C. **Dívidas estaduais, federalismo fiscal e desigualdades regionais no Brasil: percalços no limiar do século XXI**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, outubro 2013 (Texto para discussão, n. 1.889).